

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS, REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE ESTUDANTES DOS CURSOS DE LETRAS DA UFES

LANGUAGE POLICIES, REPRESENTATIONS, AND PRACTICES OF STUDENTS IN UFES' LANGUAGE AND LITERATURE COURSES

Raphael Guerra de Oliveira Alves¹

Marcela Langa Lacerda²

RESUMO: Este texto, frente à literatura de Políticas Linguísticas, tem dois objetivos: (i) analisar a política linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e (ii) investigar percepções e práticas de estudantes do Departamento de Línguas e Letras (DLL) sobre a diversidade linguística nacional e local, bem como seus conhecimentos acerca de políticas linguísticas, em geral, e da UFES, em particular. A pesquisa, de abordagem qualitativa, envolveu revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de opinião pública. Os resultados apontam que: (i) entre os participantes: (a) há maior interesse por inglês e espanhol, línguas presentes na Educação Básica; (b) embora muitos tenham discutido plurilinguismo no curso, poucos participaram de projetos específicos; (c) a maioria não se sente preparada para lidar com a diversidade linguística, no ensino, e desconhece a política linguística da UFES; (ii) quanto à análise documental: (a) observa-se uma política institucional voltada a demandas externas (internacionalização), negligenciando a diversidade linguística local (da UFES e do Estado) e nacional. Apesar de se tratar de estudo piloto, conclui-se que a UFES e o DLL poderiam dedicar maior atenção ao tema de políticas linguísticas, fomentar a diversidade e reivindicar a revisão da política institucional.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas. UFES. Departamento de Línguas e Letras. Plurilinguismo.

ABSTRACT: This text, in light of the literature on Language Policies, has two objectives: (i) to analyze the language policy of the Federal University of Espírito Santo (UFES) and (ii) to investigate the perceptions and practices of students in the Languages and Literature Department (DLL) regarding national and local linguistic diversity, as well as their knowledge of language policies in general and of UFES in particular. The qualitative research involved a literature review, documentary analysis and a public opinion survey. The results show that: (i) among the participants: (a) there is greater interest in English and Spanish, languages present in Basic Education; (b) although many have discussed plurilingualism on the course, few have taken part in specific projects; (c) the majority do not feel prepared to deal with linguistic diversity in teaching and are unaware of UFES' language policy; (ii) in terms of document analysis: (a) an institutional policy focused on external demands (internationalization) is observed, neglecting local (UFES and the state) and national linguistic diversity. Although this is a pilot study, we conclude that UFES and the DLL could invest more attention in language policies, promote diversity and request a revision of the institutional policy.

Keywords: Language Policies. UFES. Languages and Literature Department. Plurilingualism.

¹ Graduado em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: rafzeu@gmail.com.

² Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Associada da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: marcela.lacerda@ufes.br.

INTRODUÇÃO³

O cenário político-linguístico brasileiro tem sido historicamente marcado por uma perspectiva monolíngue, consolidada desde o período colonial e sustentada pelo mito de um país de língua⁴ única – o português (Oliveira, 2009). Tal imaginário, reforçado pela ausência de reconhecimento social do multilinguismo⁵ (Altenhofen, 2013a; 2013b), contribui para a invisibilização de línguas e variedades⁶ presentes no território nacional. Em contraposição, o campo das Políticas Linguísticas (PLs)⁷ vem desempenhando papel central na desconstrução desse mito, promovendo o reconhecimento da diversidade linguística e a valorização da cidadania.

No âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Departamento de Línguas e Letras (DLL) – o maior da instituição, com cinco licenciaturas e um bacharelado⁸ – configura espaço privilegiado para observar essa tensão, pois forma profissionais para o ensino de diferentes línguas em um contexto que reflete, em escala, a pluralidade linguística brasileira e, simultaneamente, articula-se à política de internacionalização da universidade.

Neste artigo, propomos dois objetivos principais: (1) analisar a política linguística institucional da UFES, com base na resolução que a regula, investigando em que medida ela responde a demandas internas (nacionais, estaduais e locais) e externas (internacionais); e (2) mapear as representações, práticas linguísticas e conhecimentos sobre políticas linguísticas entre estudantes do DLL⁹, futuros profissionais diretamente envolvidos na formação linguística da população. Para tanto, organizamos o texto em cinco etapas: delimitação do campo de PL; apresentação de conceitos fundamentais; contextualização da emergência do debate nas universidades brasileiras, com foco na UFES; descrição metodológica; e, por fim, análise e discussão dos resultados.

³ Este artigo contou com revisão textual assistida pela IA ChatGPT. Agradecemos ao parecerista pelas valiosas observações que contribuíram para o aprimoramento do texto. Eventuais erros ou omissões que permaneçam são de inteira responsabilidade dos autores.

⁴ Neste texto, acionamos os termos língua e dialeto como alternativos.

⁵ O multilinguismo nacional compreende: mais de 200 línguas indígenas, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), línguas estrangeiras ensinadas pelas escolas, línguas de imigração/herança, combinações entre línguas francas e também as variações do português brasileiro. (Guimarães, 2020).

⁶ Segundo Broch (2014, p. 48), “o uso competente de mais de uma variedade da mesma língua nada mais é do que um tipo de bilinguismo interno”.

⁷ Por PL ou PLs (no plural), faremos referência ao campo e às ações de políticas linguísticas. Mantemos, contudo, o termo por extenso em citações e ao referenciar documentos de/para Políticas Linguísticas.

⁸ Quais sejam: Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa; Licenciatura dupla em Português e Espanhol ou em Português e Italiano ou em Português e Francês; Licenciatura em Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa; e Bacharelado em Letras Libras com foco em Tradução e Interpretação.

⁹ Na impossibilidade de, neste tipo de pesquisa – desenvolvida em 2024 como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – examinar as práticas e percepções linguísticas de um grupo de estudantes representativos da UFES, em geral, por conta do tempo, optamos por considerar apenas o DLL. Assim, tomamos este estudo como piloto, sendo nossa intenção, em pesquisa posterior, ampliar a investigação na instituição quanto ao tópico em tela.

O CAMPO DE PL

O campo de PL é um campo de estudo interdisciplinar, que abrange a análise, elaboração e implementação de normas e práticas que regulam o uso das línguas em diferentes contextos sociais, políticos e educacionais (Calvet, 2007). Nas palavras de Calvet (2007, p. 45), PL é “o conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social”, sendo a implementação dessas escolhas o *planejamento linguístico*. Ainda segundo Calvet (2007), a gestão das línguas pode ocorrer de duas formas:

in vivo quando as decisões decorrem das práticas sociais, ou seja, das soluções encontradas pelas pessoas no seu dia a dia para uma dada situação linguística ou *in vitro* quando procedem do poder público, quando são fruto da intervenção do Estado, pela via das leis e decretos, sobre essas práticas (p. 69-71).

Segundo Rajagopalan (2013), é por conta desse viés intervencionista (por parte das pessoas ou do Estado), que PL pertence muito mais ao campo da Ciência Política do que do campo da Linguística, uma vez que suas reflexões são de interesse público e devem ser realizadas, portanto, por todos e quaisquer sujeitos, para além dos sujeitos de conhecimento especializado (como o linguista ou o cientista político). Vale destacar, contudo, que a Linguística Aplicada e a Sociolinguística são as áreas da Linguística que têm se dedicado, com destaque, às reflexões sobre PLs. E nosso interesse está em, longe de delimitar o(s) campo(s) específico(s) no âmbito do(s) qual(ais) a matéria é/pode ser investigada, apresentar o horizonte de possibilidades para a discussão sobre o tema; em outras palavras, interessamos mais o tipo de racionalidade que orienta essas reflexões do que as especificidades de um campo científico, propriamente dito.

Nesse sentido, é de grande valia recuperar que o campo de PL, em primeiro lugar, parece se opor aos próprios preceitos da ciência Linguística, ou da *Linguística Geral*¹⁰, na medida em que, enquanto essa nasce para/por ser descritiva, a outra se diz prescritiva, interventiva. Além disso, como explica Oliveira (2016), a Linguística, no século XX, concentrou-se em construir uma ciência rigorosa, com uma abordagem estrutural, separando-se, por exemplo, da política. A PL, por outro lado, insere-se no campo das políticas públicas e atua diretamente na intervenção sobre as línguas, refletindo as necessidades e demandas sociais, que incluem desde a promoção do plurilinguismo até a inclusão de minorias

¹⁰ Por Linguística Geral, aqui, estamos fazendo referência à metateoria ou à racionalidade que confere aos estudos da linguagem cientificidade: o estruturalismo e o gerativismo, tomando esse último como um estruturalismo com roupa nova. (Faraco, 2005).

linguísticas. Ainda, Oliveira (2016) destaca a complexidade da(s) PL(s), seu enraizamento em políticas públicas e a conexão com o agir social.

Por conseguinte, Berger (2017) aponta que as PLs, tanto implícitas quanto explícitas, influenciadas por ideologias linguísticas¹¹ e pelo quadro político-linguístico vigente, são cruciais para a gestão da diversidade linguística e que a presença ou ausência de línguas em determinado contexto pode ser resultado de várias intervenções.

Apresentados alguns aspectos da racionalidade que orienta os estudos em PLs, a seguir vamos recuperar algumas concepções relevantes para a discussão proposta neste texto, quais sejam: a de língua e a de contexto de implementação de PLs.

CONCEPÇÃO DE LÍNGUA

Uma das noções mais fundamentais de toda a investigação linguística ou sobre língua(s) é a própria concepção de língua, visto que, diferentemente de outros objetos científicos, o conceito de língua é criado no âmbito de cada abordagem: como já dizia Saussure, em nossa área, é o ponto de vista que cria o objeto (Saussure, 2006 [1916]).

Para Bourdieu (1977), a língua é um instrumento de comunicação, mas também de ação, de poder e de autoridade. Nesse sentido, é bom lembrar que “[c]oncepções sobre línguas são afetadas ainda por ideologias, crenças e sentimentos a respeito de como as línguas são (ou deveriam ser) usadas, sendo que as escolhas ideológicas podem ser determinantes na elaboração de teorias sobre a linguagem” (Guimarães, 2020, p. 115).

Nesse sentido, a concepção de língua assumida pelos estudos em PL transcende a visão formal de língua. A língua é compreendida como uma *prática social complexa*, imbricada em relações de poder, identidades e ideologias. Essa perspectiva multifacetada reconhece a língua como um construto dinâmico, moldado por contextos sociais específicos e utilizado para expressar identidades, legitimar hierarquias e reivindicar direitos. Portanto, a PL não se limita a questões normativas ou descritivas da língua, mas abrange as dimensões simbólicas, identitárias e políticas do fenômeno linguístico. As pesquisas na área buscam compreender como a língua é utilizada para construir e expressar identidades, como as relações de poder influenciam as práticas linguísticas e como a língua pode ser um instrumento de inclusão ou exclusão social.

¹¹ Por ideologias linguísticas estamos compreendendo um sistema de crenças, valores, representações e pressupostos sobre a linguagem, línguas, variedades e práticas linguísticas que são compartilhados pelos falantes em contextos sociais específicos. Elas não são meras opiniões individuais, mas referem-se a formas discursivas e socioculturais de conceber a língua e refletem posicionamentos sociais e identitários historicamente situados (Areias; Langa-Lacerda, 2026).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2014, p. 19)¹², a “diversidade linguística é um bem comum da humanidade”. A partir dessa compreensão, a *PL de que trataremos* neste texto é aquela que busca promover a diversidade linguística, o respeito aos direitos linguísticos e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

EM QUE CONTEXTO SE FAZ PL?

Parte-se do pressuposto de que uma política linguística deve estar ajustada às necessidades e dinâmicas específicas do grupo ao qual se destina. Nesse sentido, Calvet (2007, p. 69) distingue duas formas de gestão: *in vivo* e *in vitro*, conforme apresentado anteriormente. A partir dessa perspectiva, a formulação das políticas linguísticas no Brasil ocorre em um cenário marcado pela tensão entre a diversidade linguística efetivamente existente e a permanência de ideologias monolíngues, o que condiciona os modos pelos quais tais políticas são concebidas e implementadas.

Em termos de ações *in vivo*, por exemplo, Rajagopalan (2004) discute o mito muito enraizado, de longa data, de que o Brasil é monolíngue e que sugere que o português é a única língua falada aqui, o que leva à negligência, à estigmatização, à invisibilidade de muitas línguas indígenas, de quilombolas, de comunidades de imigrantes e de variações do português do Brasil. O autor argumenta que essa perspectiva política, além de negar a diversidade linguística, impõe uma uniformidade que, segundo ele, é mais baseada em ideologia do que em fatos.

Embora o português seja a língua nacional oficial, diversas línguas coexistem no território brasileiro e são mobilizadas em múltiplos contextos sociais. Entre elas, destacam-se as línguas indígenas, as línguas de imigração — como o alemão, o italiano e o japonês —, bem como a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), todas integrantes do mosaico linguístico do país. Frente a essa diversidade, as políticas linguísticas brasileiras devem não apenas reconhecer essas realidades, mas também assegurar o respeito à pluralidade cultural e linguística, promovendo práticas inclusivas e condizentes com a complexidade sociolinguística nacional.

Além disso, Calvet (2002) sugere que uma PL eficaz deve combinar uma perspectiva global com atenção às necessidades locais. Isso, em terras brasileiras, implica promover o multilinguismo e a inclusão, o que requer, entre outras medidas, reformulação do currículo escolar para valorização de diferentes línguas, além de reconhecimento da importância de línguas estrangeiras no contexto da globalização.

Rajagopalan (2004) destaca que, para promover a igualdade linguística, as políticas linguísticas localizadas desempenham um papel fundamental, especialmente em comunidades caracterizadas pela

¹² Todas as traduções, neste texto, são de nossa responsabilidade. No original: “Linguistic diversity is a common good of humankind”.

coexistência de múltiplas línguas. Segundo o autor, tais políticas não apenas reconhecem a diversidade linguística, mas também a valorizam e a protegem como um recurso social e cultural. Nesse sentido, uma política linguística localizada atua contra a marginalização de línguas minoritárias¹³, promovendo justiça social e o empoderamento de seus falantes, em oposição a políticas homogeneizadoras que tendem a privilegiar línguas dominantes.

PLs EM UNIVERSIDADES

Considerando que PLs de universidades, aquelas feitas institucionalmente, são do tipo *in vitro*, faz-se necessário observar que

[a]o estipular diretrizes em matéria de política linguística, [a instituição] toma posição em relação à(s) língua(s) que faz(em) parte do patrimônio linguístico do país e também quanto a como e por que ensinar determinadas línguas no currículo escolar em detrimento de outras. (Fraga, 2016, p. 147).

Nesse sentido, é preciso observar que essas decisões políticas resultam de momentos históricos (no que concerne a aspectos econômicos, culturais, geopolíticos etc.) específicos.

Atualmente, segundo Fraga (2016), é o comércio internacional/global — conduzido pelo neoliberalismo, pela comunicação via Internet e pela hegemonia político-econômica dos Estados Unidos, dentre outros aspectos — que têm colocado a língua inglesa como foco de ensino, nas universidades brasileiras; e não há previsão de isso se modificar tão cedo, mesmo com uma possível futura dominação global chinesa, tendo em vista que

[o] que realmente pesa na hora de decidir se uma determinada língua se qualifica como língua de acesso maior é [a] sua presença em diferentes partes do mundo, [b] a penetração que ela tem em diferentes esferas de atuação (administração, educação, ciência e tecnologia, jornalismo, entretenimento, cultura popular e, por aí vai). E é nesse momento que se vê a supremacia da língua inglesa às demais (Rajagopalan, 2015, p. 20).

Diante desse cenário é que as universidades públicas brasileiras, segundo Fraga (2016), têm gestado suas PLs, considerando os seguintes marcos, todos com a recomendação de gestar cidadãos globais:

a. O documento da *Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE), de 1996, preconiza a “valorização do conhecimento para que se possa tirar proveito das atividades econômicas

¹³ Para Altenhofen (2013a, p. 94), língua minoritária define-se como a modalidade de línguas ou variedades usadas à margem ou ao lado de uma língua (majoritária) dominante. A questão é, portanto, de hierarquia entre línguas, e não de quantidade de falantes.

em um mercado livre e dinâmico” (p. 148), com foco na promoção do plurilinguismo, para facilitar o contato entre as pessoas do mundo inteiro. Como, porém, a língua do mundo inteiro e, especialmente, da Ciência tem sido o inglês, é de se esperar¹⁴ que a preconização do plurilinguismo, nas universidades, tem focalizado o ensino dessa língua.

b. O documento da *Conferência Mundial sobre Educação Superior*, de 1998, conduzida pela Unesco, estabelece na Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI, a cooperação acadêmica internacional como missão das instituições, a fim de promover a internacionalização do ensino superior, para o que a prática do plurilinguismo também é recomendada.

c. O *Programa Ciência sem Fronteiras*, de 2011, é criado pelo governo brasileiro, com o objetivo de “promover a consolidação, a expansão e internacionalização, da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira, por meio do intercâmbio e da mobilidade nacional”¹⁵ — tudo isso conquistado com a oferta de cerca de 100 mil bolsas de estudo, em quatro anos, para estudantes de graduação e de pós-graduação, com vistas à promoção da inserção internacional de nossas instituições de Ensino Superior. A criação desse programa, contudo, logo revelou a necessidade de uma política de planejamento linguístico, pois, para enviar estudantes a outros países, era preciso que estes soubessem a língua estrangeira do país para onde iriam.

d. O *Programa Inglês sem Fronteiras*, de 2012, criado pelo Ministério da Educação, nasce para auxiliar estudantes de nível superior a terem acesso aos programas de mobilidade ofertados pelo Governo Federal. O Programa tornou-se uma importante iniciativa para auxiliar no processo de internacionalização e para contribuir para o desenvolvimento de uma PL nas universidades brasileiras¹⁶. Além disso, o programa também afirma explicitamente ter o objetivo de formar e capacitar estudantes para exames linguísticos exigidos em universidades anglófonas (Fraga, 2016), demonstrando que o acordo firmado, neste programa, só incluía instituições anglófonas. Como, mais tarde, o programa precisou estender sua atuação para outras línguas, inclusive, o português, para atender estudantes vindos do exterior para aqui estudar, nasce o programa a seguir.

e. O *Programa Idioma sem Fronteiras*, de 2014¹⁷, também criado pelo Ministério da Educação, cumpriu a função de ampliar a oferta de línguas e de também incluir a formação inicial e continuada e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e técnicos administrativos das Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, e da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, além, por fim, da

¹⁴ A análise da PL da UFES, por meio de documentos institucionais, vai esclarecer essa questão.

¹⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras/apresentacao-1/o-que-e>.

¹⁶ Disponível em: <http://isf.mec.gov.br/programa-isf/historico>.

¹⁷ Informações disponíveis em: <https://isf.mec.gov.br/>.

capacitação de estrangeiros em língua portuguesa. Pela primeira vez, trata-se da institucionalização de uma PL do país e de uma PL para o Ensino Superior brasileiro.

Guimarães (2020), ao discutir sobre a importância das PLs no contexto das universidades federais brasileiras, conclui que as PLs dessas instituições refletem um tipo de crença e ideologia sobre as línguas que, frequentemente, estão vinculadas a contextos multilíngues e multiculturais, tal como preconizam os documentos orientadores dessas políticas, com destaque para diversidade linguística e cultural no Brasil. Essas políticas também envolvem a promoção do uso de línguas estrangeiras para propósitos específicos, com menções, como é de esperar, aos programas nacionais, como o *Ciência sem Fronteiras* e o *Idiomas sem Fronteiras*, além de a textos legais que regulamentam a educação linguística no país. Ainda segundo Guimarães (2020), nas universidades federais em que há documentos sobre PL, esses estão integrados aos planos de internacionalização das universidades, refletindo a interconexão entre PL e estratégias de internacionalização — relacionadas, é bom lembrar, a ideais econômicas de nosso tempo.

Por fim, cabe destacar que, ainda que esses documentos gerais e universitários preconizem o multilinguismo e a diversidade linguística nacional, outras ações de implementação de uma PL brasileira — como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (Lei 9.394/1996)¹⁸, que tornou, recentemente, o ensino do inglês, como língua adicional, obrigatório na Educação Básica — tendem a promover hierarquia entre as línguas nacionais não oficiais, dado o lugar de destaque conferido ao inglês em todo o sistema educacional nacional.

É, pois, à luz dessas breves considerações que pretendemos analisar, especificamente, a PL institucionalizada na UFES, a fim de depreender até que ponto ela atende a essas demandas de internacionalização e até que ponto ela se volta para demandas linguísticas nacionais, estaduais e específicas de seu próprio espaço.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, esta pesquisa qualitativa, de base interpretativista, orienta-se por revisão bibliográfica e gera dados a partir de análise documental e pesquisa de opinião pública.

No que se refere à pesquisa de opinião, a seleção dos participantes deu-se por *amostragem não probabilística, do tipo conveniência*. Uma enquête, com 11 perguntas objetivas e 12 perguntas discursivas (de resposta facultativa), foi divulgada por meio de canais institucionais e redes digitais (Instagram e WhatsApp) vinculadas aos cursos de Letras da UFES, sendo respondida voluntariamente por estudantes regularmente matriculados no ano de 2024, entre 31 de julho e 18 de agosto, período constituído em

¹⁸ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

razão do prazo para o desenvolvimento da pesquisa. Como critério de inclusão, considerou-se unicamente a condição de estudante ativo nesses cursos no período mencionado.

A enquete digital foi desenvolvida na plataforma Google Forms e intitulou-se “Pesquisa de opinião para mapeamento linguístico dos estudantes de Letras-UFES”, com o objetivo de *conhecer a realidade linguística dos integrantes, em 2024, dos cursos de Letras da UFES*, no que tange: (a) às suas práticas e percepções linguísticas — com questões mais voltadas para a captação da gestão da diversidade linguística *in vivo*, considerando o modo como esses sujeitos têm lidado com a diversidade em suas práticas sociais — e (b) ao conhecimento sobre PL, quer em termos teóricos, tendo em vista a formação inicial pela qual estão passando, quer em termos de conhecimento geral, tendo em vista a PL da UFES.

A seguir, reproduzimos as questões da enquete digital:

Título: Pesquisa de opinião para mapeamento linguístico dos estudantes Letras-UFES

Seção 1: Conhecimento linguístico do estudante (Perguntas gerais — direcionadas aos estudantes de todos os períodos):

Pergunta 1: Que línguas ou dialetos são falados na sua casa?

Pergunta 2: E você, em que língua(s) se comunica em casa no dia a dia?

Pergunta 3: Qual(is) língua(s) você já estudou na Educação Básica, além do Português? (Caso não tenha estudado nenhuma outra, insira "não")

Pergunta 4: Qual(is) língua(s) você estuda ou já estudou em uma escola de idiomas? (Caso não tenha estudado, insira "não")

Pergunta 5: Em que situações você tem contato com outras línguas, diferentes do português? Marque as situações que forem verdadeiras para você. (Citar todas as situações em que você percebe que esteve ou está em contato com línguas diferentes do português. Pode ser uma língua que você tem algum conhecimento ou não.)

Pergunta 6: Que língua(s), além do português, você acha que vai(vão) ser mais importante(s) para o seu futuro?

Pergunta 7: Que língua(s), além do português, você gostaria de estudar ou estudar mais?

Seção 2: Conhecimento em Línguas (Perguntas gerais — direcionadas aos estudantes de todos os períodos):

Pergunta 8: Em qual língua adicional você possui mais conhecimento?

Pergunta 8.1: Insira seu nível na língua informada anteriormente (primeira língua adicional)

Pergunta 9: Em qual segunda língua adicional você possui mais conhecimento?

Pergunta 9.1: Insira seu nível na língua informada anteriormente (segunda língua adicional)

Pergunta 10: Em qual terceira língua adicional você possui mais conhecimento?

Pergunta 10.1: Insira seu nível na língua informada anteriormente (terceira língua adicional)

Seção 3: Identificação do participante (Perguntas gerais — direcionadas aos estudantes de todos os períodos):

Pergunta 11: Gênero com o qual se identifica

Pergunta 12: Idade

Pergunta 13: Curso

Pergunta 14: Período no curso

Seção 4: Conhecimento sobre PL e sobre a PL da UFES (Perguntas específicas direcionadas para estudantes que já estão na segunda metade do curso):

Pergunta 15: Em sua formação em Letras, você tratou de questões relacionadas ao plurilinguismo?

Pergunta 16: O que significa diversidade linguística para você?

Pergunta 17: Você já participou ou teve notícias de algum Projeto de Iniciação Científica, Projeto de Extensão e Projeto de Ensino cujo assunto contemplasse questões de/sobre diversidade linguística? (Se sim, assinale em "Outros" e indique em que tipo de atividade (se se lembrar)).

Pergunta 18: Com a formação recebida em seu curso, você se sente preparado(a) para lidar com a diversidade linguística na Educação Básica?

Pergunta 19: Você conhece (ou já ouviu falar sobre) a Política Linguística da UFES?

Pergunta 20: Em sua opinião, há uma interação entre os cursos de línguas do DLL, no âmbito formativo, chegando a contribuir para a formação plurilíngue dos estudantes?

Por questões de espaço, neste texto, analisamos apenas as questões objetivas desta enquête. Já em relação à análise documental, selecionamos, por ora, a *Política Linguística para a Internacionalização da UFES*, materializada como Anexo da Resolução nº28/2018 — CEPE¹⁹. A seguir apresentamos e discutimos os resultados da investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de didatizar a apresentação dos resultados e promover uma discussão sobre eles, esta seção se organiza do seguinte modo: primeiramente, apresentamos os resultados obtidos com a pesquisa de opinião pública, por meio de enquête digital; na sequência, apresentamos os resultados da

¹⁹ Esta Resolução visa a instituição da Política Linguística para Internacionalização da UFES. Disponível em: https://internacional.ufes.br/sites/internacional.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_28-2018_pl_internacionalizacao.pdf.

análise documental. Com essa ordem de apresentação, pretendemos analisar até que ponto a PL da UFES atende a demandas linguísticas internas/locais – Brasil, ES, UFES/DLL.

Análise de dados gerados

Nesta seção, os resultados são apresentados e discutidos, a fim de observar três aspectos: (a) as práticas e as percepções linguísticas dos estudantes de Letras do DLL; (b) o conhecimento que esses sujeitos têm/estão recebendo na formação inicial sobre PLs; e (c) se e o quanto sabem sobre a PL da UFES, considerando que são profissionais da linguagem em formação e, em tese, esse tipo de informação deve/poderia compor a própria formação desses profissionais.

No total de um universo de 722 estudantes dos cursos de línguas do DLL, 39 responderam a enquête, levando-nos aos seguintes resultados quanto ao *perfil dos respondentes*, conforme perguntas da Seção 3 da enquête:

- Em relação ao gênero com que se identificam, 27 pessoas se declararam do gênero *feminino*, oito do gênero *masculino*, dois se declararam *não binárias*, um se declarou *agênero* e um não se declarou;

- Em relação à idade, 37 estudantes possuem entre 19 e 28 anos e apenas dois estudantes possuem entre 40 e 59 anos;

- Em relação ao curso, 71,79% são do curso de Português; 12,82% do de Português/Espanhol; 12,82% do de Inglês; e apenas 2,56% (1 estudante) do de Português/Francês;

- Por fim, em relação ao período do curso desses estudantes, 48,72% dos respondentes estão entre o 5º e 8º período; 30,77% são do 1º ao 4º período; e 20,51% estão desperiodizados.

A análise do perfil dos respondentes evidenciou a predominância de mulheres mais jovens, vinculadas ao curso de Letras/Português e situadas na segunda metade da formação. A partir desse resultado, analisamos, a seguir, os demais dados.

Em relação às *Perguntas gerais — direcionadas aos estudantes de todos os períodos*, os resultados foram os seguintes, considerando os dados mais significativos.

Em relação às perguntas do primeiro conjunto de questões, “Conhecimento linguístico do estudante” (Seção 1), para a pergunta “Que línguas ou dialetos são falados na sua casa?” e “E você, em que língua(s) se comunica em casa no dia a dia?”, todos os participantes responderam “português”, ainda que alguns saibam falar inglês (7,69%) e/ou espanhol (2,56%), o que parece indicar que os estudantes investigados não têm o hábito de falar outras línguas, além do português, em contexto familiar. Além disso, nenhum dos respondentes fez menção a diferentes variedades do português, mas tomaram essa

língua como homogênea, diferentemente do ensino teórico a que são submetidos desde o primeiro semestre do curso²⁰.

Em relação à pergunta 3, “Qual(is) língua(s) você já estudou na Educação Básica, além do Português?”, 97,44% estudaram inglês; 56,41% espanhol; e apenas 2,56% estudaram francês, proporções que parecem se alinhar ao prestígio social que essas línguas têm em nossa PL nacional, materializada, por exemplo, em nossos documentos oficiais da educação, como a LDB, que exige o ensino de inglês, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que também estabelece a obrigatoriedade do ensino de inglês a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, deixando outras línguas, como o espanhol, no campo da opcionalidade de cada escola.

Seguindo essa mesma proporção, em relação a esses idiomas, na pergunta 4, “Qual(is) língua(s) você estuda ou já estudou em uma escola de idiomas?”, 60% dos estudantes disseram que estudaram/estudam inglês, 7% estudaram/estudam espanhol, 4,7% estudaram/estudam francês, 2,3% estudou/estuda alemão e 25,6% nunca estudaram em uma escola de idiomas — mesmo havendo um Centro de Línguas na universidade, que viabiliza, por meio de bolsas e mensalidades abaixo do preço de mercado, condições para que os universitários estudem outras línguas. Por esse resultado, também podemos inferir o perfil socioeconômico dos estudantes do DLL²¹, com pouco recursos para (e/ou hábitos de) investir no aprendizado de novas línguas. A Escola Básica, nesse contexto, torna-se fundamental para a promoção da diversidade linguística nacional, uma vez que, só por esse breve resultado, vemos que ela é a via mais significativa para a formação linguística do cidadão.

A respeito da pergunta 5, “Em que situações você tem contato com outras línguas, diferentes do português?”, cujas opções foram fornecidas pela enquête para que os estudantes apenas sinalizassem as verdadeiras, ainda o inglês e o espanhol obtiveram números mais expressivos. Já em relação aos tipos de prática/contexto social em que os estudantes costumam ter contato com outras línguas, independentemente do idioma, os mais citados foram: com amigos; na universidade; em filmes, séries, desenhos etc.; em música; em jogos; na leitura; na Internet (pesquisa, vídeos, redes sociais, chats, fóruns); no trabalho. Destaque especial, nesse ponto, merece o inglês, o espanhol e a LIBRAS, que são as línguas mais utilizadas em contexto acadêmico.

A respeito da pergunta 6, “Que língua(s), além do português, você acha que vai(vão) ser mais importante(s) para o seu futuro?”, 86% responderam inglês e 18% espanhol. Acerca da pergunta 7, “Que

²⁰ Os estudantes de Letras/Português, por exemplo, fazem a disciplina de Introdução aos estudos linguísticos, no primeiro período do curso, e sociolinguística, no segundo período. Essas duas formações já poderiam conduzi-los ao reconhecimento de que, sendo falantes das normas/variedades cultas – por terem completado o Ensino Médio e das normas/variedades populares, são bilíngues (bilinguismo interno). Em todo caso, há que se admitir também que a redação da pergunta pode induzir a essa resposta.

²¹ Por estudantes do DLL fazemos referência aos participantes desta pesquisa.

língua(s), além do português, você gostaria de estudar ou estudar mais?”, 41% responderam espanhol (uma vez que já sabem, parece, inglês), 33% francês e 25% inglês (grupo que considera que não sabe essa língua).

Em relação às perguntas direcionadas ao *Conhecimento em língua* (Seção 2), destacamos a questão 8 (“Em qual língua adicional você possui mais conhecimento?”), cujas respostas indicam que 97,44% dos estudantes possuem conhecimento em *apenas uma língua*, o inglês; e 69,23% possuem conhecimento em duas línguas, inglês e espanhol. Já o número dos estudantes que possuem conhecimento em três línguas reduz significativamente (17,95%) e apenas um estudante respondeu que não possui conhecimento de nenhuma língua adicional. Portanto, mais uma vez, os dados indicam o inglês, seguido do espanhol, como línguas adicionais mais faladas.

Por esses dados, confirma-se a perspectiva de Rajagopalan (2015) de tratar o domínio do inglês como uma “prioridade inadiável” (p. 20), tendo em vista que se trata da língua da academia e, mais que isso, da língua franca do mundo, podendo ser desafiada, quanto a esse último ponto, apenas pelo espanhol²². Desse modo, argumenta o autor, se, por um lado, não podemos estar indiferentes em relação ao avanço desenfreado do inglês, também não podemos, por outro lado, “fechar as portas e [...] nos trancarmos numa torre de marfim” (p. 26), mas tirar o melhor proveito das exigências impostas da conjuntura que está posta. O aprendizado de outras línguas, por parte dos estudantes do DLL, aponta para o fato de que eles compreenderam essa lógica.

Ademais, de todas as questões até aqui consideradas, um ponto a se observar é que, entre os estudantes do DLL, há representantes de comunidades indígenas e de comunidades que não têm o português como língua materna (mas o pomerano, por exemplo). Curiosamente, nenhuma dessas línguas foram mencionadas (nem como línguas faladas em casa), o que sugere que, ou esses sujeitos, dessas comunidades, não participaram desta investigação ou eles não têm essas línguas em seus horizontes apreciativos, o que sinalizaria para uma falta de consciência acerca do valor (ou mesmo para uma desvalorização) delas, no mercado linguístico. Apenas uma pesquisa mais detalhada poderia dar conta dessa questão, embora a dúvida já suscite um importante ponto de reflexão.

Em relação às *Perguntas específicas direcionadas para estudantes que já estão na segunda metade do curso* (27 estudantes ou 69,23% dos participantes desta investigação, desconsiderando os desperiodizados), destinadas a obter informações sobre o conhecimento em relação ao tema PL e em relação à PL da UFES, para a pergunta 13, “Em sua formação em Letras, você tratou de questões relacionadas ao plurilinguismo?”, 37,03% dos estudantes responderam que não trataram de questões sobre o tema, enquanto 37,03% responderam que trataram *em disciplinas*, 25,92% *em cursos*, 18,51% *em*

²² Confira em Rajagopalan (2015) as justificativas para isso.

*eventos*²³. Embora os dados desta investigação sejam pouco expressivos, temos indicativos de que o tópico *PL*, entre esses estudantes — quase finalistas —, ou não é muito presente nos currículos dos cursos do DLL ou não exerce impacto na formação desse grupo, que pouco lembra do assunto.

Mais evidências de que algumas reflexões sobre o currículo dos cursos do DLL precisam ser empreendidas (a fim de que eles considerem, com mais potência, os temas da diversidade linguística e da PL nacional) obtivemos com a pergunta 16, qual seja: “Com a formação recebida em seu curso, você se sente preparado(a) para lidar com a diversidade linguística na Educação Básica?”. Os resultados indicam que 22,2% não se sentem preparados, tendo respondido “não”; 40,7% dos estudantes, possivelmente também não estão confiantes, pois responderam “talvez”; e apenas 37% responderam “sim”.

Em relação a esse resultado, ainda, se somarmos os que estão em dúvida e os que explicitamente não se sentem preparados, chegamos a 62,9% respondentes que não se sentem seguros para lidar com uma das questões mais significativas de todo o trabalho linguístico em terras brasileiras.

Enfim, em relação à pergunta “Você conhece (ou já ouviu falar sobre) a Política Linguística da UFES?”, 70,4% nunca ouviram falar e apenas 29,6% já ouviram falar ou a conhecem. Mais uma vez, esses dados parecem ser bastante reveladores sobre a formação dos estudantes do DLL, quanto ao tema PL.

Em conclusão, a pergunta “Em sua opinião, há uma interação entre os cursos de Letras do DLL, no âmbito formativo, chegando a contribuir para a formação plurilíngue dos estudantes?”, 55,6% dos estudantes responderam que não há interação, 25,9% responderam “talvez” e 18,5%, “sim”. Desse modo, ainda que o DLL seja um espaço privilegiado para a promoção da diversidade linguística, parece que os cursos não interagem (ou assim os estudantes percebem a questão), havendo pouca integração social e linguística (sociolinguística) entre estudantes/futuros profissionais de diferentes línguas — cenário que parece se refletir nas Escolas Básicas, em que professores de português e de outras línguas quase nunca atuam conjuntamente em relação à realidade linguística local.

Embora esta investigação piloto tenha contado com um número reduzido de participantes — apenas 5% do total de estudantes ativos no DLL —, ela aponta questões relevantes: (a) a forma como os estudantes estão sendo preparados para lidar com a diversidade linguística; (b) a percepção que têm sobre esse aspecto; e (c) a maneira como se relacionam com línguas locais e globais em seu contexto imediato. Esses achados são significativos diante da necessidade de formar profissionais capazes de enfrentar os desafios educacionais contemporâneos, especialmente considerando o cenário multilíngue presente no DLL — e, possivelmente, em toda a UFES — que ainda carece de compreensão mais aprofundada.

²³ Para essa pergunta, os participantes podiam escolher mais de uma opção como resposta. Por isso a porcentagem acima de 100%.

À luz desses resultados, examinamos, a seguir, o documento que registra a PL da UFES.

ANÁLISE DOCUMENTAL: A POLÍTICA LINGÜÍSTICA PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFES

Nesta seção, os resultados são apresentados e discutidos a fim de observar até que ponto a PL da UFES atende a demandas externas e internas, estando, neste último caso, em consonância, por exemplo, com a complexa realidade linguística de apenas um Departamento da instituição, embora o maior deles: o DLL.

A *Política Linguística para a Internacionalização da UFES* (PLIU), promulgada como anexo da Resolução nº28/2018, surgiu a partir das exigências das *políticas públicas de fomento à internacionalização*, tendo sido formulada pelas seguintes instâncias institucionais: I- Secretaria de Relações Internacionais (SRI); II- Departamento de Línguas e Letras (DLL), do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN); III- Núcleo de Línguas (NL); IV- Departamento de Linguagens, Culturas e Educação (DLCE) do Centro de Educação (CE).

Desde então, a PL da UFES é regulamentada, assessorada e executada pela Comissão Permanente de PLIU, composta por: I- Secretário de Relações Internacionais; II- Coordenador de Línguas da Secretaria de Relações Internacionais (SRI); III- Representante do Departamento de Línguas e Letras (DLL); IV- Representante do Departamento de Linguagens, Culturas e Educação (DLCE); V- Coordenador Geral do Núcleo de Línguas (NL); VI- Representante da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG); VII- Representante da Pró-reitoria de Graduação (Prograd); VIII- Representante da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progep); IX- Representante da Pró-reitoria de Extensão (Proex).

De maneira geral, a julgar pelo próprio título do Anexo em análise (*Política Linguística para Internacionalização da Universidade Federal do Espírito Santo*), nota-se a ausência de qualquer consideração sobre o cenário local. Seu objetivo central, conforme o Art. 1º, é “institucionalizar e orientar as atividades referentes às línguas estrangeiras” (p. 1). Assim, a diversidade linguística nacional e regional/local é preterida em função da urgência de ações de internacionalização, conforme recomendações de documentos internacionais e nacionais — em grande parte vinculados a pautas neoliberais — que projetam a formação de cidadãos globais (cf. Seção 3).

Embora as diretrizes gerais da política mencionem “o respeito à diversidade linguística e cultural” (Art. 4º, p. 2), suas ações concentram-se nas línguas estrangeiras, orientando-se à promoção da educação e da cultura em contextos de internacionalização. Nesse sentido, a recorrência do termo “estrangeira” ao longo do documento (cf. Art. 1º), inclusive em um texto de extensão relativamente breve, mostra-se coerente com esse propósito. Ainda assim, essa centralidade na dimensão externa coloca em

evidência a ausência de políticas linguísticas institucionais voltadas ao contexto interno, particularmente no que concerne à gestão da diversidade linguística que atravessa as práticas acadêmicas cotidianas.

A questão é que, sem contar a realidade nacional, a realidade linguística do Espírito Santo merece atenção. a língua pomerana, por exemplo, é cooficializada em seis municípios (Canguçu, Domingos Martins, Laranja da Terra, Pancas, Santa Maria de Jequitibá e Vila Pavão); além disso, o estado abriga línguas de imigração — como o alemão/pomerano e o italiano — e línguas indígenas do tronco tupi-guarani, todas ainda vivas como línguas maternas de diferentes grupos sociais.

Apenas considerando o DLL, sabemos que há falantes cuja língua materna é o pomerano e o puri, sem contar os falantes de LIBRAS, que também constitui a primeira língua de parte significativa da comunidade acadêmica. Apesar dessa diversidade concreta, ainda não existe uma política linguística institucional voltada às demandas locais, embora a Comissão Permanente de PLIU já tenha reconhecido essa necessidade²⁴. Tal cenário evidencia a urgência de um olhar mais detalhado e refinado para a PL da UFES.

Outro ponto a ser considerado, é que quando o documento em exame se refere à língua a ser utilizada pelos estrangeiros, menciona o “português”, justificando-o como meio de valorização do patrimônio cultural dos países lusófonos (Art. 4º, p. 2), sem aludir às especificidades do português do Brasil. Essa omissão ignora o fato de sermos um país continental, cuja cultura singular poderia ser promovida como parte das ações de internacionalização. Pesquisas recentes, inclusive, apontam o crescente distanciamento entre o português brasileiro e o europeu (Português de Portugal, especificamente)²⁵, o que reforça a necessidade de maior precisão conceitual.

Com base nos resultados já apresentados, reforçamos a percepção dos estudantes investigados, conforme resultados apresentados na seção precedente, de que a universidade necessita de um documento próprio que registre sua posição institucional frente à diversidade linguística local. Esse levantamento poderia ser conduzido a partir de pesquisas desenvolvidas no DLL, configurando uma força operacional importante para subsidiar políticas internas.

Ainda que se observe a ausência de iniciativas voltadas a outras dimensões da política linguística no âmbito institucional, é inegável que a PLIU, em conformidade com sua finalidade, promoveu avanços significativos na internacionalização da UFES. Programas de mobilidade, cursos livres de línguas, além de iniciativas como o português para estrangeiros — esse último ofertado pela SRI em parceria com o DLL — e o Inglês com fins acadêmicos (IFA) são exemplos concretos de ações que ampliam a diversidade

²⁴ Essa informação advém de conversas pessoais com colegas da Comissão.

²⁵ Cf., por exemplo, a discussão de Othero e Lazzari (2022), em: *Sujeitos e objetos nulos em português brasileiro: correlações e mudança*. Revista de Estudos da Linguagem, [S. l.], v. 30, n. 4, p. 1831-1854, 2024. DOI: 10.17851/2237-2083.30.4.1831-1854. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin/article/view/54699>.

linguística no âmbito institucional. O Núcleo de Línguas, conduzido por docentes do DLL, também contribui, ofertando cursos de inglês, espanhol, francês, italiano e alemão. Ademais, a parceria entre a SRI e o CT viabiliza disciplinas em inglês na graduação. Esses esforços revelam uma política linguística eficaz, o que não se pretende negar.

A análise do Anexo da Resolução nº 28/2018, único documento até agora produzido pela UFES sobre PL, revela, contudo, que *ainda há muito a ser feito*. O desafio central consiste em retirar da invisibilidade a diversidade linguística local e nacional, sistematicamente negada e silenciada até os dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo piloto teve como objetivo explorar a política linguística (PL) da UFES e investigar a percepção de estudantes do Departamento de Línguas e Letras (DLL) sobre diversidade linguística e políticas institucionais. Apesar de a enquete digital ter obtido apenas 39 respostas entre 720 estudantes, os dados, combinados à análise documental, indicam que a PL da UFES privilegia demandas externas (internacionalização) e negligencia a diversidade linguística local e nacional. Observa-se ainda que a política institucional carece de revisão, de modo a conferir centralidade ao português brasileiro, valorizando-o em sua especificidade diante das demais variedades do português no espaço lusófono, além de ampliar a atenção às línguas regionais e nacionais que conferem pluralidade identitária em território brasileiro. Os resultados sugerem, por fim, que os estudantes demonstram conhecimento limitado sobre PL e diversidade linguística, o que sinaliza para a necessidade de revisões curriculares e práticas pedagógicas mais sensíveis a essas questões.

Conclui-se que a UFES, de modo geral, e o DLL, de modo particular, poderiam beneficiar-se de uma revisão mais abrangente de sua política linguística e do fortalecimento de ações institucionais que promovam efetivamente a diversidade local, alinhando-se às recomendações de desenvolvimento curricular e institucional (Blasco, 2012).

REFERÊNCIAS

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. // NICOLAIDES, Christine *et al.* (org.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013a. p. 93-116.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e contatual. *Revista de Letras Norte@mentos*, Sinop, n. 12, v. 6, 2013b. Disponível em: http://projetos.unemat-net.br/revistas_eletronicas/index.php/norteamentos. Acesso em: 22 mar. 2024.

AREIAS, Rafaela da Silva; LANGA-LACERDA, Marcela. Letramentos, ideologias linguísticas e (in)segurança sociolinguística em tempos digitais: análise autoetnográfica de uma família capixaba. *Fórum Linguístico*, v. 23, p. 1-19, 2026. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/108687>. Acesso em: 7 mar. 2026.

BERGER, Isis Ribeiro. Gestão da diversidade linguística na educação formal no Brasil: desafios para uma política linguística. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, v. 11, n. 20, p. 54-69, 2017.

BLASCO, Maribel. Aligning the Hidden Curriculum of Management Education With PRME: An Inquiry-Based Framework. *Journal of Management Education*, v. 36, n. 3, p. 364-388, 2012.

BOURDIEU, Pierre. L'économie des échanges linguistiques. *Langue Française*, Paris, n. 34, 1977.

BRASIL. Universidade Federal do Espírito Santo. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução no 28, de 2018*. Política Linguística para Internacionalização da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, 2018. Disponível em: https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/ilovepdf_merged_0.pdf. Acesso em: 7 mar. 2026.

BROCH, Ingrid Kuchenbecker. *Ações de promoção da pluralidade linguística em contextos escolares*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102190/000930127.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 mar. 2024.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística*. uma introdução crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, IPOL, 2007.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FRAGA, Kátia Ferreira. Políticas Linguísticas e Educativas na Universidade Federal da Paraíba. In: LOUSADA, Eliane; CUNHA, José Carlos (Orgs.). *Pluralidade Linguístico-cultural em universidades sul-americanas*. práticas de ensino e políticas linguísticas. Vol. 1. Campinas: Pontes, 2016. p. 145-165.

GUIMARÃES, Felipe Furtado. *Internacionalização e Multilinguismo*. uma Proposta de Política Linguística para Universidades Federais. 2020. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/9d7a933c-23d7-44bc-aaf0-452e02f3253b/content>. Acesso em: 22 mar. 2024.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico. *Linguasagem*, v. 11, n. 1, 2009.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. *Políticas linguísticas*. uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. 2016.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. 'Resposta aos meus debatedores e considerações finais'. In: LOPES DA SILVA, Fábio; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs.). *A linguística que nos faz falhar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 166-231.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Política Linguística: do que é que se trata, afinal? *In*: NICOLAIDES, Christine *et al.* (Orgs.). *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes, 2013. p. 19-42.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Políticas públicas, línguas estrangeiras e globalização: a universidade brasileira em foco. *In*: ROCHA, Claudia Hilsdorf; BRAGA, Denise Bértoli; CALDAS, Raquel Rodrigues (org.). *Políticas linguísticas, ensino de línguas e formação docente*. desafios em tempos de globalização e internacionalização. Campinas: Pontes, 2015. p. 15-27.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral* 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, UNESCO. *Draft decisions recommended by the programme and external relations commission (PX)*. 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227451.locale=en>. Acesso em: 7 mar. 2026.